

RESENHA CRÍTICA DO LIVRO AUSTERIDADE: A HISTÓRIA DE UMA IDEIA PERIGOSA¹

AUSTERITY BOOK REVIEW: THE STORY OF A DANGEROUS IDEA

Sirlei Salete Boff²

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2095140882676947>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1760-7074>

Fundação Getulio Vargas - DF, FGV, Brasil

E-mail: sirleiboff@gmail.com

Obra Resenhada:

BLYTH, Mark. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. 1ª edição, Editora Autonomia Literária, 2017, São Paulo.

Resumo:

Esta é uma resenha do livro intitulado "**Austeridade**: a história de uma ideia perigosa". Este livro é de autoria de: BLYTH, Mark. O livro aqui resenhado foi publicado pela editora Autonomia Literária em 2017.

Palavras-chave: Economia. Políticas de Austeridade. Crise econômica de 2008.

Abstract

This is a review of the book entitled "Austerity: the story of a dangerous idea". This book is by: BLYTH, Mark. The book reviewed here was published by Autonomia Literária in 2017.

Keywords: Economy. Austerity Politics. 2008 economic crisis.

¹ Esta resenha foi revisada linguisticamente por Sirlei Salete Boff

² Formação. Sirlei Salete Boff. Mestranda em Economia pela FGV, Conciliadora no TRF1/DF, Advogada, Auditora/Contadora, Professora, Membro do IBRACON, Membro da ABRADT, Membro da ABDF, MBA em Controladoria pela FGV, Especialista em Planejamento Tributário pela UnB.

Resenha

A crise de 2008, iniciada nos EUA, rapidamente se transformou em uma crise econômica mundial. Com inúmeros bancos privados considerados grandes quebrando, o sistema viu sua credibilidade quebrar junto.

Alvoreceu nos EUA e a Europa não escapou da crise bancária de 2008; assim, a política de austeridade teve de ser aplicada aos países da União Europeia, com a finalidade de garantir estabilidade, reduzir a dívida, na expectativa que o crescimento ressurgisse. Mas, infelizmente, não foi o que aconteceu, visto que não reduziu a dívida e o crescimento foi inferior ao esperado.

A liberdade absoluta dos mercados entrou em choque e com a mesma rapidez se transformou na discussão do momento. Alguns culpam os reguladores por cederem aos interesses dos bancos, e também os políticos por serem negligentes e da mesma forma outorgarem poder aos banqueiros.

O desequilíbrio no setor bancário privado americano e europeu pouco tem a ver com a crise dos Estados soberanos, mas tem tudo a ver com os mercados.

Mas, houve uma propaganda enganosa, pois a crise foi dos bancos privados e não do Estado – não foi uma crise da dívida soberana. Em uma democracia, a sustentabilidade política supera a necessidade econômica o tempo todo. A crise foi gerada no setor privado, mas está sendo paga pelo setor público.

Entretanto, o que causou a crise econômica mundial foi a soma de todas essas discussões e os CDS (Credit Default Swaps), que basicamente são contratos de seguros que podem ser vendidos. O maior problema foi que os pedidos de indenização (resgate) surgiram em massa, trazendo a insolvência de todo o sistema financeiro, pois as apólices de seguros estavam sem cobertura.

Com base nos ensinamentos de Blyth, austeridade é:

[...] uma forma de deflação voluntária em que a economia se ajusta através da redução de salários, preços e despesa pública para restabelecer a competitividade, que (supostamente) se consegue melhor cortando o orçamento do Estado, as dívidas e os déficits.

Para o autor, austeridade, inicialmente e principalmente, é um problema político de distribuição e não um problema econômico de contabilidade. Nesse caso, é uma ideia perigosa porque ignora as externalidades que gera. O impacto das opções de uma pessoa nas opções de outra pessoa, especialmente em sociedades com uma distribuição de renda altamente distorcida.

Mark Blyth defende que se criou uma teia de riscos mal avaliados, com o preço fixado em zero, entre o sistema bancário **normal** e o sistema bancário **sombra**³ através

³ O autor expõe que o sistema bancário sombra ou paralelo ocorre quando as suas atividades apoiam e muitas vezes replicam as dos bancos normais, e banco na medida em que presta serviços financeiros tanto aos bancos normais (regulados) como à economia real. Portanto, as empresas pedem emprestado e emprestam dinheiro umas às outras por períodos muito curtos, a taxas de juros muito

das ligações despercebidas entre títulos hipotecários e os CDS que ampliou a correlação grosseiramente subestimada existente entre ativos.

Mas, o que aconteceu em 2007 e 2008 foi uma corrida aos bancos, por meio das operações compromissadas; os depositantes querendo sacar seu dinheiro e os bancos não tendo reservas suficientes para cobrir as retiradas. Quando isso acontece, os bancos ou pedem dinheiro emprestado para manter a liquidez e esfriar os ânimos ou quebram.

A Alavancagem (soma de todos os ativos em relação ao capital) é o modo como os bancos fazem somas de dinheiro absurdas.

Os bancos podem financiar as suas atividades de duas maneiras: primeiro aumentando os depósitos e emitindo capital, ou aumentando a dívida por outro. A essência da história foi a alavancagem excessiva e má gestão dos riscos. A alavancagem cresceu precipitadamente ao longo das décadas de 1980 e 1990.

A liquidez desaparece vertiginosamente e contamina todo o mercado financeiro, trazendo temor quando os preços começam a despencar e o mercado não tem como absorver.

Os bancos foram resgatados e os custos desse resgate foram suportados primeiro pelo Estado e depois pelos contribuintes. A crise do setor privado foi batizada de crise do Estado soberano. A austeridade foi uma ótima política para os bancos, pois a sociedade como um todo pagou pela falta de habilidade (gestão) dos banqueiros.

Blyth tenta explicar por meio das bases intelectuais de diversas escolas econômicas a ideia de austeridade e as tentativas históricas de implementá-las. Assim, primeiramente, o autor entende que a história intelectual da austeridade começa com John Locke, que defende a sociedade do Estado e revela o dilema liberal que gera a austeridade “não se pode viver com ele, não se pode viver sem ele, não se quer pagar por ele”.

Continua o autor trazendo David Hume, que acredita que as classes mercantis são o centro de tudo, antes mesmo do Estado; inclusive, apresentou a ideia de que um incentivo monetário pode, em curto prazo, estimular a atividade econômica; mas, em longo prazo, ou tem de aparecer como inflação ou se dissipar sem afetar verdadeiras variáveis. Sendo considerada pela teoria macroeconômica contemporânea a tese da neutralidade monetária de longo prazo. Hume acredita que a questão da dívida governamental como algo ruim.

Da mesma forma, o autor menciona Adam Smith como defensor do princípio da austeridade. Uma vez que declara que o mercado não pode existir sem o Estado.

O autor narra que Keynes, defensor do estado de bem-estar social, é favorável à ideia de que as decisões de poupar e de investir são separadas no tempo, e que as poupanças não levam necessariamente ao investimento. Da mesma maneira que em

baixas; normalmente, trocando ativos por dinheiro e depois recomprando esses ativos no dia seguinte, mediante uma comissão — de venda e recompra ou repo.

condições de incerteza acerca do futuro, é irracional qualquer investidor investir em vez de guardar o dinheiro – todos guardam o dinheiro e ninguém investe. Sendo Keynes defensor da austeridade.

As ideias de Schumpeter, economista e cientista político austríaco, conseguiram abrigo na Alemanha, por meio do ordoliberalismo (uma forma peculiar de liberalismo).

Para Blyth, “Os ordoliberais veem o papel do Estado como sendo, antes de tudo, o de estabelecer as condições de enquadramento necessárias para os mercados funcionarem eficazmente”.

O Estado ordoliberal é um regulador que possibilita a concorrência e promove os ajustamentos do mercado através do desenvolvimento de mecanismos e instituições específicas à dimensão da economia.

De acordo com o autor, o ordoliberalismo talvez tenha modernizado o liberalismo, mas a sua economia continua a ser, em vários aspectos, tão clássica quanto a de Adam Smith e David Hume.

Em meados de 1970, a Europa estava estagnada economicamente, mas a Alemanha não sentiu com tal intensidade, e logo a sua capacidade de resistir a pressões inflacionárias tornou-se um modelo europeu. Entre os princípios estavam o meio de indexação da moeda nas décadas de 1980 e 1990; por meio da incorporação de princípios ordoliberais na constituição do BCE⁴ e nas políticas da Comissão Europeia centradas na concorrência, assim como por uma abordagem baseada em regras do projeto de governança do euro.

Dessa forma, a Alemanha deu à austeridade nova perspectiva de vida, por intermédio da economia social de mercado, e também pelo que muitos chamam de milagre econômico pós-guerra – como um manual de instruções de como administrar uma economia tardiamente desenvolvida, com poupanças elevadas, alta tecnologia e impulsionada pelas exportações.

Depois de John Locke, David Hume, Adam Smith, Keynes, Schumpeter e do ordoliberalismo alemão, o autor discorre sobre a Escola Austríaca, muito perspicaz na cobertura histórica dos ciclos créditos e dos perigos de se manter dívidas excessivas; mas que preteria o Estado como tendo qualquer papel positivo ou necessário na economia, além da decrescente matematização da economia. Mas, com tais características, as ideias austríacas não estavam sintonizadas com as diferentes percepções da época.

⁴ Banco Central Europeu (BCE) é o banco central responsável pela moeda única da Zona Euro, tem como sua principal missão a preservação do poder de compra do euro, assegurando assim a estabilidade de preços na respectiva Zona.

Dito isso, Blyth arremata ao frisar que:

Os liberais clássicos produziram a austeridade por padrão, os teóricos austríacos e os ordoliberais produziram a austeridade por projeto e os neoliberais de última hora produziram a austeridade por exclusão: por definição, qualquer outra política falharia. No seu conjunto, foi possível a austeridade tornar-se, mais uma vez, a última ideia a restar.

O monetarismo é um conjunto de ideias desenvolvidas nas décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos e no Reino Unido. Na visão do autor, em muitos aspectos, o monetarismo era simplesmente uma reafirmação da teoria quantitativa da moeda⁵ que retoma as ideias de Hume; fornecendo aos liberais um caminho de pensamento acerca da macroeconomia alternativa ao proposto por Keynes, colocando, assim, o dinheiro em primeiro lugar. Dessa forma, as ideias monetaristas não só reduziram o atrativo do manual de instruções keynesiano, como também ajudaram a viabilizar os argumentos da austeridade anos mais tarde, ao dar novas razões para a intervenção do Estado.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), organização internacional criada em 1944, na Conferência de Bretton Woods, para auxiliar na construção do sistema monetário internacional no período pós-Segunda Guerra Mundial, fornecendo financiamento compensatório a Estados que enfrentassem choques cambiais no sistema de taxa de câmbio fixa. Processo esse que governou o dinheiro do mundo de 1940 até 1970, indexando o dólar ao ouro e a todas as outras moedas ao dólar.

Em 1971, os EUA revogaram a conversibilidade do dólar em ouro, determinando, além da extinção do próprio padrão-ouro, o surgimento do sistema flutuante. Nesse ínterim, o FMI perdeu o seu papel principal; mas não ficou como coadjuvante, uma vez que passou à constante vigilância das políticas dos Estados-membros no intuito de aumentar a transparência global.

O Consenso de Washington foi um encontro do qual participaram o Fundo Monetário Mundial, o Banco Mundial e o Departamento de Tesouro dos Estados Unidos. Nesse evento, foram apresentadas algumas sugestões com várias medidas econômicas⁶, todas voltadas para globalização dos mercados. Durante muito tempo, o Consenso foi utilizado como a base de orientação do funcionamento de várias economias ao redor do mundo.

⁵ A Teoria Quantitativa da Moeda relaciona a variação de preços da economia com a quantidade de moeda disponível – se houver emissão muito elevada de moeda, de forma que supere o aumento do produto, esse aumento causará inflação. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/teoria-quantitativa-da-moeda/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

⁶ O Consenso de Washington, elaborado pelo economista John Williamson, em meados de 1989, foi uma lista dura a ser seguida, com políticas obrigatórias como: (i) disciplina fiscal; (ii) reordenamento das prioridades de despesa pública; (iii) reforma tributária; (iv) liberalização das taxas de juros; (v) manutenção de uma taxa de câmbio competitiva; (vi) liberalização do comércio do investimento estrangeiro direto; (viii) privatização e desregulamentação.

Contudo, a essência do moderno pensamento da austeridade se promove por intermédio do economista americano Milton Friedman, que acreditava que a função dos economistas era desenvolver alternativas às políticas existentes, para mantê-las vivas e disponíveis até o momento do politicamente impossível tornar-se politicamente inevitável.

Argumentos a favor da austeridade também foram apresentados, principalmente por Alberto Alesina, Francesco Silvia Ardagna, Guido Tabellini e Roberto Perotti, todos prosélitos de Luigi Einaudi. Esses autores defendem a austeridade expansionista como sendo a nova normalidade e não como uma exceção política.

Para essa teoria, os cortes das despesas nas transferências, nos programas sociais e nas contas de salários do governo são favoráveis ao ajustamento fiscal e não causam grandes recessões. Já o aumento dos impostos, em uma crise, são a causa dos ajustes malsucedidos. Para esses economistas não há alternativa aos cortes.

A austeridade aplicada na prática como política levou ao fracasso as sociedades às quais lhe foi imposta. Conforme descrito por Blyth, casos que ficam para reflexão de como a austeridade é uma ideia muito perigosa, e cita os EUA, o Reino Unido, a Alemanha, o Japão e a França. Já como política de austeridade expansionista bem-sucedida tem-se a Dinamarca, Irlanda, Austrália.

O FMI e a União Europeia são defensores da austeridade, e exibem alguns países como exemplos positivos para os demais países. Entre esses exemplos, estão a Romênia, Estônia, Bulgária, Letônia e a Lituânia.

Algo que Blyth deixa para reflexão é que mesmo tendo casos positivos, a grande maioria é de casos negativos, porquanto se deve levar em consideração as estruturas econômicas e as políticas individualizadas de cada nação. A Austeridade não funciona pura e simplesmente, tem de ser considerado todo o contexto econômico e político que influenciam no resultado.

Estudos do FMI de 2011 e 2012 demonstram que o aumento de tributos prejudica mais a economia do que o corte das despesas, ligados diretamente à política monetária flexível.

O que está no centro de tudo isso é uma crise bancária instalada dentro de um conjunto de instituições disfuncionais, e não uma crise de gastos públicos. Cortes no orçamento não podem resolver um problema bancário, mas isso não impediu os defensores da austeridade de agirem fingindo que pode.

Em meados de 2011, na zona do euro, os grandes bancos europeus viram esgotar as suas fontes de financiamento, em uma reprise quase perfeita da crise dos EUA nos anos de 2007 e 2008.

Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Irlanda, assim como os outros estados periféricos da zona do euro, são exemplos de que a política da austeridade não trouxe aumento do emprego, aumento do PIB e aumento do bem-estar social. O alicerce para o crescimento é cada país pensar políticas próprias e adequadas ao seu sistema político-econômico.

Apesar de a crise econômica de 2008 ter florescido nos EUA, o dólar americano continua sendo a moeda de reserva legal de muitos países, pois precisam da espécie para o comércio internacional.

Quando a pessoa física ou jurídica deposita seu dinheiro em uma instituição bancária com a intenção de poupar, na verdade, ela não está poupando, ela está dando um empréstimo não garantido a uma empresa que negocia derivativos, na expectativa de resgatar sua aplicação algum tempo depois corrigida por juros, conforme seu contrato de depósito. Por isso, quando o Estado resgata um banco da bancarrota (falência), na verdade, está salvando essas pessoas físicas ou jurídicas que confiaram na instituição bancária.

Na Europa, espera-se por novos avanços na implementação de aspectos legislativos e práticos para permitir estruturas efetivas de resolução bancária, as quais reduzirão o apoio soberano não manifestamente declarado aos bancos da União Europeia.

Na opinião de Blyth, por onde passa a política da austeridade sempre deixa um enorme rastro de destruição, por ser um problema sociopolítico de distribuição e não apenas um problema exclusivamente econômico de contabilidade social, e, principalmente, demonstra a fragilidade do sistema.

Sendo assim, o cientista político Mark Blyth defende que assim como a Islândia deixou seus bancos falirem, os EUA também deveriam ter deixado os bancos ir à bancarrota, pois o problema sempre foi do sistema bancário e financeiro e, enganosamente, foi transmitido à sociedade como sendo um problema dos governos, do Estado.

Os defensores do regime da política da austeridade asseguram o equilíbrio das contas do Estado, com cortes no estado do bem-estar social, na previdência, nos direitos trabalhistas, aumento de impostos, aumento da inflação, baixas taxas de juros; mas, o que o autor demonstra e defende é que o que realmente ocorre na grande maioria dos casos é degradação social e queda do produto interno bruto (PIB), uma vez que só a poupança pública não é suficiente para a estabilização.

De acordo com Blyth, austeridade é uma forma de política voltada estritamente para alguns poucos setores, especialmente para o sistema financeiro, que acaba prejudicando toda a sociedade.

Para, de fato, sair da crise, o Estado precisa distribuir renda e combater a desigualdade. Assim Blyth cita John Cochrane, economista da Universidade de Chicago, “cada dólar de aumento da despesa do Estado tem de corresponder a menos um dólar de investimento privado”.

Adequado ao conceito do autor, explicitado no início deste trabalho, austeridade não inspirará a confiança das empresas e investidores, se não gozar de competitividade e segurança. O fundamento essencial para o crescimento consciente é cada nação discutir e planejar políticas próprias e adequadas ao seu sistema político-econômico e não massacrar a sociedade assumindo despesas que não são suas e nem deveriam

ser. Uma das maiores crises financeiras dos últimos 70 anos – a **bolha financeira**⁷, como foi chamada por muitos – estourou e gerou uma enxurrada de falências, desemprego em níveis elevados pelo mundo todo.

O surpreendente é que não foi apenas o sistema financeiro que faliu, mas a economia como um todo, da mesma forma como a confiança e a credibilidade. A falta de regulação mais rígida fez com que os interesses pessoais se sobressaíssem sobre os interesses da sociedade como um todo.

O receio de que ocorra nova crise econômica global ainda não saiu dos holofotes. Nos EUA, a recuperação foi bem recebida, mas já em alguns países europeus ainda há sinais de fragilidade econômica, e, em ambos, os efeitos colaterais foram persistentes.

Também não podemos esquecer que os Bancos Centrais desempenharam papel crucial na ajuda financeira às instituições em todo o mundo, comprando ativos tóxicos de bancos comerciais e injetando liquidez na economia, fazendo o papel de mediador singular.

Nos dias atuais, todos esperam um crescimento sustentável, que não coloque em risco a estabilidade inflacionária e fiscal, simultaneamente, com a expansão do crédito, salários e do desenvolvimento como um todo.

Referências

BLYTH, Mark. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. 1ª edição, Editora Autonomia Literária, 2017, São Paulo.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um Artigo de Revisão de Literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Ano II, Vol.II, n.5, 2019a.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um Projeto de Pesquisa de um Artigo de Revisão de Literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Ano II, Vol.II, n.5, 2019b.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Manual de Artigo de Revisão de Literatura**. Brasília: Processus, 2019c.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Manual de Projeto de Pesquisa**. Brasília: Processus, 2019d.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Metodologia Científica e Redação Acadêmica**. 8. ed. Brasília: JRG, 2019e.

⁷ Bolha financeira é algo que está crescendo, mas a qualquer momento pode explodir (estourar).

REVISTA PROCESSUS MULTIDISCIPLINAR

PERIÓDICOS



FACULDADE
PROCESSUS

Ano II, Vol. II, n.4, jul.-dez., 2021

ISSN: 2675-6595

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5289999>

Data de submissão: 12/08/2021

Data de aceite: 27/08/2021

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Ano III, Vol.III, n.7, 2020.